

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
EM SÉRIE ÚNICA, DE COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**

Pelo presente instrumento particular,

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS, com sede no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, à Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, 110, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob nº 02.846.056/0001-97 (doravante denominada "EMISSORA"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, com sede no Estado do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro, à Av. das Américas, 500, bl. 13, sala 205, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas (doravante simplesmente denominados "DEBENTURISTAS"), adquirentes das Debêntures objeto da presente emissão (doravante simplesmente denominado "AGENTE FIDUCIÁRIO"), neste ato representada na forma de seu Contrato Social;

CAMARGO CORRÊA TRANSPORTES S.A., com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Funchal, 160, Bloco 4, Vila Olímpia, sob CNPJ nº 02.372.232/001-04, (doravante simplesmente denominado "CCT"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

ODEBRECHT SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA S.A., com sede São Paulo, Estado de São Paulo, à Av. das Nações Unidas, 4777 - 5º andar, Alto de Pinheiros, sob CNPJ nº 02.404.361/0001-29, (doravante denominada "OSI"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A., com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Rua dos Pampas, 484, Prado, sob CNPJ nº 17.262.213/001-21, (doravante denominada "AG"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

SERVENG-CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Deputado Vicente Penido, 255, Vila Maria, sob CNPJ nº 48.540.421/0001-31, (doravante denominada "SERVENG"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

SVE PARTICIPAÇÕES S.A., com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua dos Franceses, 471, Bela Vista, sob CNPJ nº 02.138.938/0001-06, (doravante denominada "SVE"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

(sendo a CCT, a OSI, a AG, a SERVENG e a SVE, doravante denominadas, conjuntamente, "GARANTIDORAS" e, isoladamente, "GARANTIDORA"), vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única da EMISSORA" (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") da EMISSORA realizada em 12 de julho de 2000.

Nos termos do § 1º do Art. 59 da Lei 6.404/76 a AGE delegou ao Conselho de Administração os poderes previstos nos incisos VI a VIII do referido artigo 59, incluindo poderes para deliberar e proceder a eventuais alterações nas condições de emissão das Debêntures, bem como decidir acerca da oportunidade da emissão, a época e condições de vencimento, amortização e resgate das Debêntures, época e condições do pagamento de juros, ágio ou deságio e prêmio, se houver, e para propor, em nome da EMISSORA, à assembléia de debenturistas as alterações que julgar necessárias com relação a esta Escritura.

---

Dentre os poderes acima delegados pela AGE ao Conselho de Administração da EMISSORA, inclui-se, sem limitação, o de aprovar e divulgar o *spread* a ser definido em processo de *bookbuilding*, a que se refere o item 4.3 da Cláusula IV desta Escritura.

## **CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS**

A emissão das debêntures (doravante designadas individualmente por "Debênture" e coletivamente por "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

A presente emissão de Debêntures será registrada junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários (doravante simplesmente denominada "CVM") na forma das Leis n°s 6.385, de 7/12/76, 6.404 de 15/12/76, 9.457 de 5/5/97 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### **2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária**

A ata da AGE que deliberou sobre a emissão das Debêntures terá seu arquivo requerido na Junta Comercial do Estado de São Paulo e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia" - Edição de São Paulo.

### **2.3. Registro da Escritura de Emissão**

Esta Escritura será registrada no 4º Cartório de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, na sede da EMISSORA.

## **CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Objeto Social e Destinação dos Recursos**

#### **3.1.1. A EMISSORA tem por objeto social:**

(i) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à conservação, melhoramento, recuperação, ampliação e operação de estradas e pontes; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima; (iii) o exercício de atividade conexas ou relacionadas com o objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importações e exportações; e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

**3.1.2.** Os recursos desta emissão serão utilizados pela EMISSORA para a realização de aportes de capital em suas controladas e/ou concessão de empréstimos subordinados às mesmas, ou ainda custear as atividades da Emissora e refinanciamento de seus compromissos financeiros de curto prazo, observada a seguinte proporção: 88,8% (oitenta e oito por cento e oito décimos) para a Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., 9,6% (nove por cento e seis décimos) para a Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. e, 1,6% (um por cento e seis décimos) para capital de giro da EMISSORA. Caso não seja colocada a totalidade das debêntures, a utilização dos recursos será realizada mantendo-se a proporção acima indicada.

### **3.2. Número da Emissão**

Esta Escritura constitui a 1ª emissão de Debêntures da EMISSORA.

---

### 3.3. Colocação e Procedimento

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação em mercado de balcão não organizado, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80 e Parecer de Orientação CVM Nº 09/81, no que couber, sendo, portanto, atendidos preferencialmente, em igualdade de condições, os clientes dos coordenadores da distribuição e de eventuais instituições financeiras subcontratadas, não havendo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

### 3.4. Negociação

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

### 3.5. Certificados de Debêntures

Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures, servindo como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato em nome do debenturista, emitido pela Instituição Financeira Depositária das Debêntures escriturais, contratada pela Emissora.

## CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Das Características Básicas

**4.1.1. Valor Total da Emissão:** O valor total da emissão será de R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão.

**4.1.2. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na Data de Emissão.

**4.1.3. Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 135.000 (cento e trinta e cinco mil) Debêntures.

**4.1.4. Número de Séries:** As Debêntures serão emitidas em série única.

**4.1.5. Data de Emissão:** Para qualquer efeito legal, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de agosto de 2000.

**4.1.6. Prazo e Data de Vencimento:** O prazo das Debêntures será de 36 (trinta e seis) meses, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2003.

**4.1.7. Tipo e Forma:** As Debêntures serão do tipo escritural e da forma nominativa.

**4.1.8. Modalidade:** Debêntures simples, não conversíveis em ações.

**4.1.9. Espécie:** As Debêntures serão da espécie subordinada, na forma prevista no § 4º do Art. 58 da Lei 6.404/76, conforme alterada, e contarão com fiança das GARANTIDORAS, nos termos da cláusula VII.

---

## 4.2. Preço de Subscrição e Integralização

O preço de subscrição das Debêntures no mercado primário será o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração definida no item 4.3. desta Cláusula, acumulada desde a Data de Emissão até a Data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

## 4.3. Remuneração

As Debêntures serão remuneradas com juros conforme estabelecido nos itens abaixo.

### 4.3.1 Juros

As Debêntures serão remuneradas com taxa de juros flutuante, referenciada na taxa de juros de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – Extra Grupo (Taxas DI), base 252 dias, calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescida de um *spread* expresso em % ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias, a ser definido em procedimento denominado *bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a partir de 01/08/2000 e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados de forma *pro rata temporis* de acordo com a fórmula abaixo, para o período compreendido entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, do respectivo Período de Capitalização dos juros.

### 4.3.2 Fórmula de Remuneração

A remuneração das Debêntures será determinada aplicando-se a fórmula abaixo:

$$J = VN \times \left\{ \left[ \prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

onde:

**J** = valor dos juros devidos no fim de cada Período de Capitalização;

**VN** = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal da Debênture, no início do Período de Capitalização;

$\prod_{i=1}^{i=f}$  = produtório dos *i* termos *FI* referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização; com *i* variando de 1 até *f*.

*f* = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização.

*FI<sub>i</sub>* = fatores de remuneração, verificados nos *f* dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[ \left( \frac{CDI_{CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right]; \text{ onde:}$$

---

*CDI CETIP* = taxa média diária de depósitos interfinanceiros - DI de um dia – extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

*dj* = número de dia (s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa CDI CETIP;

*S* = fator de spread calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left[ \left( \frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{dc}{360}} \right]; \text{ onde:}$$

*s* = *spread* expresso em % ao ano, a ser definido em procedimento denominado *bookbuilding*, base 360 dias.

*dc* = número de dias corridos do Período de Capitalização;

Define-se:

a) Período de Capitalização – intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento de juros, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subseqüentes, e termina na data prevista do pagamento de juros, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos anualmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se em 1º de agosto de 2001, 1º de agosto de 2002 e 1º de agosto de 2003.

#### 4.3.3 Apuração da Taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, extra-grupo

Para efeito das cláusulas e condições estabelecidas nesta Escritura, adotar-se-á o procedimento abaixo na ocorrência das seguintes hipóteses:

- A utilização da Taxa de Depósitos Interfinanceiros extra-grupo, de um dia deverá considerar o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- Na indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo não superior a 5 dias úteis, será utilizado automaticamente em sua substituição, a última taxa divulgada disponível, não cabendo, quando da divulgação e adoção da taxa devida, qualquer reembolso, tanto por parte dos DEBENTURISTAS, quanto por parte da EMISSORA;
- A indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo superior a 5 dias úteis exigirá a realização de Assembléia Geral Especial de DEBENTURISTAS, convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO exclusivamente para a definição, de comum acordo com a EMISSORA, do procedimento a ser adotado em relação a remuneração das Debêntures; e
- Na extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa de Depósitos Interfinanceiros às Debêntures, será utilizado a taxa ou índice que vier a ser estabelecido em sua substituição. Na hipótese de não ser criada nenhuma taxa/índice, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembléia Geral de DEBENTURISTAS, para, de comum acordo com a EMISSORA, deliberar, no prazo máximo de 30 dias, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser proposto pela EMISSORA.

---

#### 4.4. Das Condições de Pagamento

**4.4.1. Amortização Programada:** O principal das Debêntures será pago em três parcelas anuais, em 1º de agosto de 2001, 1º de agosto de 2002 e 1º de agosto de 2003, cada uma correspondendo a 1/3 (um terço) do Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, conforme quadro abaixo, ou na hipótese prevista no item 6.2.1 da Cláusula VI.

<u>DATA DA AMORTIZAÇÃO</u>	<u>VALOR DA AMORTIZAÇÃO POR DEBÊNTURE</u>
01/08/2001 .....	R\$ 333,33
01/08/2002 .....	R\$ 333,33
01/08/2003 .....	R\$ 333,34

**4.4.2. Pagamento de Juros:** Os juros serão devidos e pagos anualmente, em 1º de agosto de 2001, 1º de agosto de 2002 e 1º de agosto de 2003.

**4.4.3. Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às amortizações e juros remuneratórios a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela EMISSORA, por meio do SND, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se os procedimentos adotados por esta ou, na hipótese de determinadas Debêntures não estarem vinculadas a este sistema, na sede da EMISSORA ou ainda em Instituições Financeiras contratadas pela EMISSORA para tal fim.

**4.4.4. Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos DEBENTURISTAS, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Capital do Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

**4.4.5. Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos DEBENTURISTAS, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA, ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), além dos juros remuneratórios, calculados exponencialmente *pro rata temporis*, sobre o montante devido, e juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**4.4.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** Sem prejuízo do disposto no item 4.4.5. acima, o não comparecimento do DEBENTURISTA para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado por ela publicado, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração pelo período relativo ao atraso correspondente ao período em que não compareceram para recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.5. Das Comunicações

**4.5.1. Publicidade:** Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver interesses dos DEBENTURISTAS, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, na edição nacional do jornal "Gazeta Mercantil", sempre com a antecedência mínima de 10 dias úteis, devendo a EMISSORA avisar, tempestivamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO da realização de qualquer publicação.

**4.5.2. Notificações:** As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

---

Para a EMISSORA:

COMPANHIA CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Endereço: Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, 110, 11º andar - São Paulo - SP  
Att. Sr. Líbano Miranda Barroso  
Telefone: (11) 3048-5930  
Fax: (11) 3048-5911

Para a GARANTIDORA:

CAMARGO CORRÊA TRANSPORTES S/A

Endereço: Rua Funchal, 160, Bloco 4, Vila Olímpia - São Paulo - SP  
Att. Sr. Ricardo Bisordi de Oliveira Lima  
Telefone: (11) 3841-5180  
Fax: (11) 3841-5522

Para a GARANTIDORA:

ODEBRECHT SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA S/A

Endereço: Av. das Nações Unidas, 4777, 5º andar, Alto de Pinheiros - São Paulo - SP  
Att. Sr. Manoel Ailton Soares dos Reis  
Telefone: (11) 3643-9300  
Fax: (11) 3643-9338

Para a GARANTIDORA:

CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A

Endereço: Rua dos Pampas, 484, Prado - Belo Horizonte - MG  
Att. Sr. Ricardo Coutinho Sena  
Telefone: (31) 290-6277  
Fax: (31) 290-6307

Para a GARANTIDORA:

SERVENG-CIVILSAN S/A - EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

Endereço: Rua Deputado Vicente Penido, 255, Vila Maria - São Paulo - SP  
Att. Sr. Amim Farid Safatle  
Telefone: (11) 6905-1022  
Fax: (11) 6905-1277

Para a GARANTIDORA:

SVE PARTICIPAÇÕES S/A

Endereço: Rua dos Franceses, 471, Bela Vista - São Paulo - SP  
Att. Sr. Gilvan Silva de Oliveira  
Telefone: (11) 285-4361  
Fax: (11) 285-5264

---

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA.

Endereço: Av. das Américas, 500, bl. 13, sala 205 - Rio de Janeiro - RJ

Att. Sr. Juarez Dias Costa

Telefone: (21) 493-7003

Fax: (21) 493-4746

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem, com "aviso de recebimento".

## **CLÁUSULA V - DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA**

**5.1.** Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a EMISSORA obriga-se a notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indício de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios em geral da EMISSORA ou de qualquer de suas controladas que: (a) possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento pela EMISSORA de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações financeiras ou as informações financeiras fornecidas pela EMISSORA à CVM não mais reflitam a real condição financeira da EMISSORA.

## **CLÁUSULA VI - DA COMPRA DOS TÍTULOS PELA EMISSORA**

### **6.1. Aquisição Facultativa**

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal não amortizado, acrescido da remuneração, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou colocadas novamente no mercado.

### **6.2. Resgate Antecipado Facultativo**

**6.2.1.** A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão, e mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias aos DEBENTURISTAS, promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, até a data do efetivo resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido (i) do prêmio de reembolso de 0,30%, calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, e (ii) de remuneração calculada conforme Cláusula 4.3 *pro rata temporis*.

**6.2.2.** Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado com a presença do AGENTE FIDUCIÁRIO e divulgado no Jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional.



---

## CLÁUSULA VII – DAS GARANTIAS ACESSÓRIAS

### 7.1. Fiança

As Debêntures da presente emissão são garantidas por fiança das GARANTIDORAS, na forma estabelecida nesta cláusula, não solidária, nas seguintes proporções, calculadas sobre o montante efetivamente subscritas e integralizadas:

- CCT: .....	24,82%
- OSI: .....	24,82%
- AG: .....	24,82%
- SERVENG: .....	18,01%
- SVE: .....	7,53%

A fiança garante de forma não solidária entre as Garantidoras e solidária com a Emissora, as obrigações assumidas pela EMISSORA oriundas da presente Emissão, sendo irrevogável e irretroatável para todos os efeitos legais, renunciando as GARANTIDORAS, desde já, aos benefícios previstos nos artigos 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1502, 1.503 e 1504 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil.

A prestação da fiança foi devidamente autorizada pelo Conselho de Administração (ou Assembléia Geral Extraordinária, conforme o caso) de cada uma das GARANTIDORAS conforme ato societário, devidamente formalizado e registrado junto ao Registro do Comércio, entregue, por certidão ou cópia autenticada, ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

**7.1.1.** Caso ocorra a entrada de um novo acionista no capital da EMISSORA, a mesma terá opção de solicitar o ajuste dos percentuais das fianças prestadas pelas GARANTIDORAS, com a inclusão da fiança do novo acionista, ou mantê-las conforme disposto nesta cláusula 7.1. A alteração das proporções da fiança ora prestada em função da inclusão de um novo acionista como garantidor, sujeitar-se-á à aprovação de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos DEBENTURISTAS em assembléia especialmente realizada para esse fim, não havendo qualquer direito de vencimento antecipado pelos DEBENTURISTAS dissidentes, não se aplicando a este parágrafo, o previsto na cláusula 11.4. adiante.

### 7.2. Obrigação Adicional

Sem prejuízo da fiança prestada nos termos da cláusula 7.1 acima, as GARANTIDORAS se obrigam, nos termos do artigo 878 e seguintes do Código Civil Brasileiro, observados os artigos 461 e 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, a dar suporte continuado à EMISSORA, obrigando-se a suprir a EMISSORA de recursos necessários para cumprir todas as obrigações relativas à presente emissão, incluindo, mas não limitado, ao pagamento da remuneração, juros, amortizações do principal, nos termos desta Escritura.

A EMISSORA, 25 (vinte e cinco) dias antes do vencimento de quaisquer obrigações financeiras assumidas nesta Escritura, deverá comprovar mediante extrato bancário ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a sua posição financeira, incluindo as disponibilidades de caixa e aplicações financeiras.

Nos termos do parágrafo acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO, verificando a incapacidade financeira da EMISSORA, para cumprimento das suas obrigações, deverá requerer às GARANTIDORAS que disponibilizem recursos no montante necessário para o cumprimento das referidas obrigações relativas à Emissão, disponibilização essa que poderá se dar, inclusive, por meio de aumento de capital da EMISSORA e/ou através de mútuos com prazos de vencimento para pagamento de juros e principal superiores ao prazo de Vencimento das Debêntures.

Os recursos transferidos para a EMISSORA conforme acima estabelecido deverão estar disponíveis em conta corrente ou em aplicações financeiras de vencimento diário da EMISSORA até 2 (dois) dias úteis antes da obrigação da EMISSORA perante os DEBENTURISTAS. A obrigação de realizar o aporte de recursos estabelecida nesta Cláusula deverá ser considerada obrigação prevista no Plano de Negócios da EMISSORA. A disponibilização de recursos nos termos dessa Cláusula com relação a determinadas obrigações não prejudicará a obrigação de fazer com relação às obrigações vincendas.

---

A obrigação prevista nesta Cláusula, bem como sua execução, em nada afetam ou interferem nas fianças prestadas nos termos da Cláusula 7.1 acima.

**7.2.1.** As GARANTIDORAS encaminharão ao AGENTE FIDUCIÁRIO dentro de no máximo 100 (cem) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas a esse exercício social.

## **CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**8.1.** A EMISSORA obriga-se adicionalmente a:

- a) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos DEBENTURISTAS, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- b) manter todos seus bens operacionais relevantes adequadamente segurados;
- c) não realizar operações fora de seu objeto social;
- d) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93;
- e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- f) proceder a adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;
- g) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei e conforme o estabelecido pelo estatuto social da EMISSORA, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento da taxa de remuneração e principal das Debêntures ou resgates objeto desta Escritura.
- h) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:
  - dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término do primeiro, segundo e terceiro trimestres, e de 90 (noventa) dias após o término do quarto trimestre, relatório informando o cumprimento das obrigações elencadas nas alíneas "d", "e", "f", "g", "h", "i" e "j" do item 9.1 da Cláusula IX abaixo, sendo que os relatórios da EMISSORA e das GARANTIDORAS serão objeto de revisão dos respectivos auditores;
  - dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas a esse exercício social;
  - dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas a esse período;
  - imediatamente, qualquer informação relacionada com a emissão que lhe venha a ser solicitada;
  - cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93; e
  - na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.5.1 da cláusula IV.

---

## CLÁUSULA IX – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

9.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas, mediante comunicação escrita à emissora todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido de juros até a data do efetivo pagamento, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes fatos:

- a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- b) liquidação ou decretação de falência ou concordata da EMISSORA ou de suas controladas ou das GARANTIDORAS;
- c) falta de cumprimento pela EMISSORA e/ou pelas GARANTIDORAS de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, as quais, com exceção dos eventos dispostos nas demais alíneas desta cláusula 9.1, não tenham sido sanadas em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- d) descumprimento, por parte da EMISSORA ou de suas empresas controladas, ou GARANTIDORAS de qualquer obrigação pecuniária em valor superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), que permaneça sem regularização pelo período de 30 dias a contar da data de inadimplemento;
- e) o endividamento líquido (endividamento total da EMISSORA, subtraído de seu caixa e das suas aplicações financeiras) ultrapassar o valor de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas. Caso a EMISSORA necessite captar novos recursos além do limite acima mencionado, ficar-lhe-á permitida a efetivação de referida captação, desde que para cada valor captado na forma de dívida, ocorra, concomitantemente, aumento de capital no mesmo valor;
- f) perda ou cassação de duas ou mais concessões de rodovias detidas pelas controladas da EMISSORA por motivos de caducidade, ou seja, inadimplemento contratual, ou uma ou mais concessões de rodovias por quaisquer outros motivos que não a caducidade, que representem, isoladamente ou em conjunto, montante superior a 30% do faturamento consolidado da EMISSORA;
- g) não cumprimento pelas GARANTIDORAS da obrigação de suporte mencionada na cláusula 7.2 acima;
- h) a EMISSORA não manter participação de 100% (cem por cento) no capital votante e total de suas controladas Autoban, Novadutra, Ponte e Via Lagos, com exceção da Rodonorte, cuja participação é de 74,24% (setenta e quatro vírgula vinte e quatro por cento) em seu capital votante e total, devendo ser mantida na mesma proporção.
- i) As GARANTIDORAS e/ou controladores da EMISSORA deixarem de manter participação direta ou indireta mínima de 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da EMISSORA, dividido entre eles na mesma proporção atualmente vigente;
- j) com relação às GARANTIDORAS, a Camargo Corrêa S.A. deixar de manter, diretamente ou indiretamente, o controle do capital votante da CCT; a Odebrecht S.A. deixar de manter, diretamente ou indiretamente, o controle do capital votante da OSI; a Andrade Gutierrez S.A. deixar de manter, diretamente ou indiretamente, o controle do capital votante da AG; a Servix Engenharia S.A. deixar de manter, diretamente ou indiretamente, 59% do controle do capital votante da SVE Participações S.A. e; a Via Engenharia S.A. deixar de manter, diretamente ou indiretamente, 41% do controle do capital votante da SVE Participações S.A.;
- k) durante o prazo de vigência das Debêntures, a EMISSORA promover distribuição de dividendos além dos dividendos mínimos previstos em seu Estatuto Social.

As condições constantes desta Cláusula IX não implicarão o vencimento antecipado das Debêntures se forem objeto de prévia apreciação e aprovação pela Assembléia Especial dos Debenturistas da presente emissão, especialmente convocadas pela EMISSORA ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

---

## CLÁUSULA X - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

### 10.1. Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust DTVM Ltda., qualificado no preâmbulo desta Escritura, para representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

### 10.2. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos DEBENTURISTAS, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer suas funções; e
- e) estar ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.
- f) que foi verificada a regularidade da constituição da garantia fidejussória contemplada na Cláusula VII desta escritura e que, até a data de assinatura deste instrumento, foi observada sua suficiência e exequibilidade, na forma exigida no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM nº 28 de 23/11/83. Para essa verificação, foram utilizadas como base as informações contidas no "Anexo VI – Demonstrações Financeiras e Outras Informações das Garantidoras" do prospecto de emissão, incluindo as demonstrações financeiras de 31/12/99.

### 10.3. Substituição

Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de DEBENTURISTAS para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por DEBENTURISTAS que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do término fim do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

- a) Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos DEBENTURISTAS, pedindo sua substituição;
- b) É facultado aos DEBENTURISTAS, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim;
- c) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores;
- d) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à esta Escritura, devendo o mesmo ser averbado nos Registros de Imóveis nos quais será registrada a presente Escritura;
- e) O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição;

- 
- f) Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

#### **10.4. Deveres**

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos DEBENTURISTAS, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os DEBENTURISTAS acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) verificar, quando aplicável, a regularidade da constituição da garantia real e fidejussória, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i) intimar a companhia, quando aplicável, a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- l) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de DEBENTURISTAS mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura;
- m) comparecer à Assembléia Geral de DEBENTURISTAS a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n) elaborar relatório destinado aos DEBENTURISTAS, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- 
- n.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
  - n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - n.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da EMISSORA;
  - n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - n.5) resgate, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;
  - n.6) constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso;
  - n.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
  - n.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração, quando for o caso;
  - n.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;
  - n.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.
  - n.11) declaração, quando for o caso, acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures da presente emissão.
- o) colocar o relatório de que trata o inciso "n" à disposição dos DEBENTURISTAS no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
    - o.1) na sede da EMISSORA;
    - o.2) no seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;
    - o.3) na CVM;
    - o.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
    - o.5) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures.
  - p) publicar, nos órgãos da Imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos DEBENTURISTAS que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item "o";
  - q) manter atualizada a relação dos DEBENTURISTAS e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA, e à ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto;
  - r) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas;
  - s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
-

- 
- t) notificar os DEBENTURISTAS, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores, quando for o caso.

### **10.5. Atribuições Específicas**

**10.5.1.** O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos DEBENTURISTAS e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos DEBENTURISTAS;
- c) executar as garantias dadas em caso de falência ou concordata da EMISSORA, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos DEBENTURISTAS;
- d) requerer a falência da EMISSORA; e
- e) representar os DEBENTURISTAS em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

**10.5.2.** O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) do *caput* deste item se, convocada a Assembléia Geral de DEBENTURISTAS, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (e) do *caput* deste item.

### **10.6. Remuneração**

**10.6.1.** Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), devida a primeira na data da assinatura da presente Escritura de Emissão;
- b) A título de implantação do serviço, o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), pago 2 dias após o "de acordo" com a proposta de serviço;
- c) As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA (ou pelo Avalista/Fiador, se houver);
- d) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01/06/2000 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata" dia se necessário;
- e) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA;

- 
- f) No caso de inadimplemento da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

**10.6.2.** Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária.

**10.6.3.** As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

## **10.7. Despesas**

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos DEBENTURISTAS, ou para realizar seus créditos.

**10.7.1.** O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

**10.7.2.** As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o disposto na alínea "e" do item 10.6.1.; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos DEBENTURISTAS.

**10.7.3.** O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos DEBENTURISTAS, que não tenham sido saldados na forma deste item 10.7., será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

**10.7.4.** Se qualquer quantia devida aos DEBENTURISTAS em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.



---

## CLÁUSULA XI - DA ASSEMBLÉIA-GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembléia Geral de DEBENTURISTAS aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, sendo que as modificações nas condições das Debêntures deverão ser aprovadas por DEBENTURISTAS que representem mais da metade das Debêntures em circulação.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação, as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da EMISSORA, ou de titularidade de suas coligadas e controladas.

### 11.1. Convocação

A assembléia de DEBENTURISTAS pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, ou por DEBENTURISTAS que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

### 11.2. Quorum de Instalação

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de DEBENTURISTAS que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

### 11.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

### 11.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da aprovação de alteração nas condições das Debêntures, que será tomada conforme o disposto nesta cláusula.

## CLÁUSULA XII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

**12.1.** O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à EMISSORA que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- (c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível contra este de acordo com os seus termos e condições.

**12.2.** A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;

---

(c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(d) o Prospecto contém: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas, bem como relatório contendo a descrição das atividades das GARANTIDORAS e suas informações financeiras, no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à EMISSORA foram dadas em boa fé, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há outros fatos em relação à EMISSORA, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros;

(e) a celebração desta Escritura, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA ou de suas controladas e coligadas; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(f) a EMISSORA tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

(g) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA, datadas de 31 de março de 2000, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA e de suas controladas e coligadas em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(h) tanto a EMISSORA quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(i) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

**12.3. Cada GARANTIDORA, individualmente e por si só, declara e garante que:**

(a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelas GARANTIDORAS;

(c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante para as GARANTIDORAS, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(d) a celebração desta Escritura, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual as GARANTIDORAS ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem das GARANTIDORAS ou de suas controladas e coligadas; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e

---

(e) as Demonstrações Financeiras das GARANTIDORAS, datadas de 31 de dezembro de 1999, representam corretamente a posição financeira das GARANTIDORAS e de suas controladas e coligadas em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

### CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### 13.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou aos DEBENTURISTAS em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.


#### 13.3. Foro


Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 12 de julho de 2000.

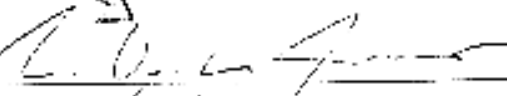
**EMISSORA**





Nome: BANO MIRANDA BARROSO

Cargo: DIRETOR



Nome: MARCELO VIEIRA JÚNIOR

Cargo: TESTEIRO

10

AGENTE FIDUCIÁRIO

Nome  
Cargo

Nome:  
Cargo:

GARANTIDORAS

CAMARGO CORRÊA TRANSPORTILS S.A.

ODEBRECHT SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA S.A.

CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.

SERVENG-CIVIL S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

SVE PARTICIPAÇÕES S.A.

TESTEMUNHAS

Nome: Adriano Pinheiro Costa  
RG: 25.996.67  
CPF: 826.027.518-04

Nome: ADRIANO VENTUR  
RG: 57.866.729  
CPF: 839.008.508-00